



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E TREZE

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre do Município de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência da sua Presidente, Eugénia Maria de Oliveira Duarte, coadjuvada pela primeira secretária, Paula Alexandra Loureiro de Lemos Amaral e pelo segundo secretário, Luís Carlos Figueiredo de Sousa, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

I ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão do Regimento da Assembleia Municipal de Sátão.
2. Discussão e votação da ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de outubro de 2013.
3. Leitura de correspondência.

II ORDEM DO DIA

4. Discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014.
5. Discussão e votação da 6.ª Revisão Orçamental do ano de 2013.
6. Discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014.
7. Discussão e votação da alteração ao regulamento de Organização dos Serviços Municipais.
8. Discussão e votação da proposta referente às despesas de representação do pessoal dirigente de 2.º grau.
9. Discussão e votação dos cargos de direção intermédia de 3.º grau: proposta de definição de competências, requisitos de recrutamento e estatuto remuneratório.
10. Discussão e votação da autorização genérica – assunção de compromissos plurianuais.
11. Discussão e votação dos Estatutos da Associação de Municípios de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo e Sátão.
12. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e seu substituto, também Presidente de Junta) para fazer parte dos Congressos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.
13. Eleição de um representante para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

14. Eleição dos representantes e de dois presidentes de junta de freguesia, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, conforme o disposto nas alíneas d) e j) do n.º 1, do art. 5.º, da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho e as alíneas c) e m) do art. 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.
15. Eleição de um representante de cada Partido Político e de um presidente de junta de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Trânsito, conforme o disposto nas alíneas e) e f) do art. 4.º, do Regulamento Municipal de Trânsito.
16. Eleição de um representante das juntas de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Toponímia.
17. Eleição de um presidente de junta de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, conforme o disposto na alínea b) do n.º 1, do art. 3.D, do D.L. 124/2006 de 28 de Junho na redação dada pelo D.L. n.º 17/2009, de 14 de janeiro.
18. Eleição de um presidente de junta de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Educação, conforme o disposto na alínea d) do art.5.º do Regimento do Conselho Municipal de Educação.
19. Informação sobre a Situação Financeira do Município.
20. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

III INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, iniciou a reunião pelas nove horas e trinta minutos.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Rosa Carvalho e Catarina Isabel Almeida.

Estiveram presentes:

A Sra. Presidente da Assembleia: Eugénia Maria de Oliveira Duarte

A 1.ª Secretária da Assembleia: Paula Alexandra Loureiro de Lemos Amaral

O 2.º Secretário da Assembleia: Luís Carlos Figueiredo de Sousa

Os Srs. Deputados: Acácio Santos da Fonseca Pinto, José Carlos Moreira da Costa, Sérgio Almeida Ferreira, Paula Cristina de Almeida António Cardoso, Ana Cristina Conde Gonçalves, António Pacheco de Aguiar, José António de Carvalho Figueiredo, Adriano Lourenço de Almeida, Joaquim Manuel Rebelo Marinho, Paula Catarina Ferreira Martins, António Rodrigues da Silva, António Carlos Gomes da Silva, Maria Isabel Jesus de Sousa, António Carlos Rodrigues, António Lopes, Inês de Oliveira Nunes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: Geraldo de Jesus Oliveira – Avelal, Manuel Jorge de Jesus Oliveira – Romãs Decermilo e Vila Longa, Agostinho Machado Rodrigues – Mioma, Rui Miguel Loureiro Cabral – Rio de Moinhos, Paulo Jorge Correia Almeida – S. Miguel de Vila Boa, António José Filipe Carvalho – Sátão.

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos deputados que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência dos senhores deputados Ana Isabel Moreira Almeida e Arlindo Jorge Sousa Ferreira, tendo sido substituídos por Rui Manuel Silva Correia Pina e por Bruno Manuel de Jesus Vaz, respetivamente. Verificaram-se também as ausências do senhor presidente da junta de freguesia de Águas Boas e Forles, Hélder José Jesus Vaz, da senhora presidente da junta de freguesia de Ferreira de Aves, Maria Virgínia do Amaral Figueiredo e da senhora presidente da junta de freguesia de Silvã de Cima, Maria de Lurdes Albuquerque Frias Pinto, tendo sido substituídos por António José Ferreira Caiado (secretário da junta de freguesia de Águas Boas e Forles), Hipólito de Jesus Reis (secretário da junta de freguesia de Ferreira de Aves) e João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador (secretário da junta de freguesia de Silvã de Cima), respetivamente.

Presidente da Assembleia: Começa a sua intervenção propondo que a assembleia municipal manifeste o seu profundo pesar pelo falecimento do senhor Engenheiro Jorge Figueiredo, pela pessoa que foi e pelas funções que exerceu no órgão executivo da Câmara Municipal de Sátão no anterior mandato, e que disso seja dado a conhecer à família. Depois de colocar o voto de pesar à discussão e não havendo ninguém para intervir, coloca o mesmo à votação:

Votos contra: 0 (zero)

Votos a favor: 30 (trinta)

Abstenções: 0 (zero)

O voto de pesar pelo falecimento do senhor Engenheiro Jorge Figueiredo foi aprovado por unanimidade. Durante a votação estiveram presentes na sala trinta deputados.

Propôs, de seguida, em nome da mesa, um voto de pesar pelo falecimento de Nelson Mandela, primeiro presidente negro da África do Sul, prémio Nobel da Paz, exemplo de liberdade e luta contra a discriminação, exemplo de coragem, dignidade, tolerância e democracia. O seu falecimento é uma dolorosa perda do dirigente histórico da luta do povo sul-africano contra o *Apartheid*, pela conquista da liberdade e progresso social. Refere que, sem dúvida, é uma grande perda para a Humanidade, mas uma grande riqueza para a História política. Pede para se honrar a sua memória, naquela que é a casa da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

democracia, e, assim, a Assembleia Municipal de Sátão manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Nelson Mandela e propõe dele dar conhecimento aos órgãos de soberania da República da África do Sul, através da sua Embaixada em Portugal. Depois de colocar o voto de pesar à discussão e não havendo ninguém para intervir, coloca o mesmo à votação:

Votos contra: 0 (zero)

Votos a favor: 30 (trinta)

Abstenções: 0 (zero)

O voto de pesar pelo falecimento de Nelson Mandela foi aprovado por unanimidade.

Durante a votação estiveram presentes na sala trinta deputados.

Jorge Oliveira: Em nome do Partido Social Democrata apresenta uma moção de censura contra o eventual encerramento da Repartição de Finanças do Sátão, pretendendo que a mesma seja incluída na Ordem de Trabalhos.

Presidente da Assembleia: Refere que esta moção de censura apresentada pelo Partido Social Democrata será incluída e discutida no ponto **Antes da Ordem do Dia**.

I ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão do Regimento da Assembleia Municipal de Sátão.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto um, **Antes da Ordem do Dia**, à discussão, referindo que o atual regimento da Assembleia Municipal deve sofrer alterações, porque, com a entrada em vigor da Lei 75/2013, de 12 de setembro, foram revogados vários artigos da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, que o regimento remete e menciona. Exemplo disso é o artigo 11º do regimento, que remete para o artigo 98º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que foi revogado. Há também uma necessidade de se fazer uma revisão, um projeto de regimento, até pela constituição da assembleia, que sofreu alterações devido à agregação de freguesias. Refere ainda, que o grande objetivo na revisão é que o novo regimento tenha como finalidade a proximidade da assembleia com os cidadãos e que permita uma maior intervenção do público. Finaliza, propondo, em nome da Mesa da Assembleia, que seja constituído um grupo de trabalho para elaborar e apresentar um projeto de regimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Inscrições: Acácio Pinto, Manuel Jorge Oliveira, António Lopes.

Acácio Pinto: Concorda com a proposta da constituição do grupo de trabalho para a revisão do regimento, porque efetivamente precisa de ser revisto. O Partido Socialista nada tem a opor a isso e indicará um elemento para integrar o grupo de trabalho, se for essa a metodologia. Reforça que de facto o regimento tem de ser alterado de acordo com a lei em vigor, par além de haver outras matérias que carecem de alterações. Propõe o nome do senhor deputado António Carlos Gomes da Silva para integrar o grupo de trabalho.

Presidente da Assembleia: Questiona aos grupos parlamentares do PSD e CDS quais os elementos que irão propor para integrar o grupo de trabalho.

Manuel Jorge Oliveira: Em nome da bancada do PSD, propõe o nome da senhora deputada Paula Alexandra Loureiro de Lemos Amaral para integrar o grupo de trabalho.

António Lopes: Em nome do CDS propõe o seu nome para integrar o grupo de trabalho.

Presidente da Assembleia: Sugere que até à próxima reunião ordinária da Assembleia seja elaborado o novo regimento.

Acácio Pinto: Acha que a próxima reunião pode ser um momento oportuno para a Assembleia discutir e aprovar o novo regimento. Aproveita a ocasião para sugerir que as reuniões se realizem em período pós-laboral, até porque este foi um compromisso eleitoral assumido pelos deputados socialistas. Propõe também que o período de intervenção do público se realize no início das reuniões, por forma a que as pessoas não estejam nesta Assembleia – vindas das várias freguesias do Concelho – até ao final sem saber quando vão intervir. Sugere ainda que se encontre um espaço onde se possa intervir de frente para o público e onde seja mais fácil efetuar as gravações e intervenções.

Presidente da Assembleia: Refere que deverá ser tida em conta a proposta relacionada com a intervenção do público, feita pelo senhor deputado Acácio Pinto. Quanto ao local, menciona a Casa da Cultura como alternativa, no entanto refere que a reunião já se realizou lá e os deputados não quiseram intervir de frente para os outros deputados, preferindo intervir do local onde estão sentados. Quanto ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

regimento da Assembleia Municipal, informa que a primeira reunião do grupo de trabalho será marcada por si mesma e, que até essa altura, está em vigor o atual regimento.

2. Discussão e votação da ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de outubro de 2013.

Presidente da Assembleia: Coloca a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de outubro de 2013 à discussão.

Inscrições: Acácio Pinto

Acácio Pinto: Refere que onde consta CIM Dão Lafões, na sua intervenção, deverá constar CIM Viseu Dão Lafões.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e feita a discussão da ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de outubro de 2013, esta foi aprovada com a seguinte votação:

Votos a favor: 26 (vinte e seis)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 4 (quatro)

Estavam presentes 30 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por maioria.

3. Leitura de correspondência.

Presidente da Assembleia: Dá conhecimento da correspondência da Assembleia Municipal recebida desde a última reunião ordinária e coloca a mesma à disposição dos senhores deputados que a queiram consultar.

- Discussão da Moção de Censura contra o encerramento da Repartição de Finanças de Sátão apresentada pelo PSD.

É lido pela primeira secretária da Assembleia Municipal o conteúdo da moção de censura apresentada pelo PSD relativa ao encerramento do Serviço de Finanças:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

“Tem sido manifestado insistentemente por fontes oficiais do Governo a intenção de encerrar cerca de 150 serviços de Finanças em todo o território nacional, com predominância no interior do país, como é o caso do nosso concelho, e uma vez que tal medida trará consequências nefastas para a nossa população e contribui decisivamente para a desertificação do nosso concelho, e preocupado e empenhado na salvaguarda dos interesses das populações, o Partido Social Democrata ergue a sua voz para repudiar mais esta decisão do Governo e exige a manutenção destes serviços em situação de igualdade com os restantes cidadãos do país.”

Presidente da Assembleia: Coloca a moção de censura apresentada pelo PSD à discussão.

Inscrições: Acácio Pinto, Manuel Jorge Oliveira

Acácio Pinto: Refere que, segundo o que foi noticiado recentemente, sabe que houve uma tomada de posição de algumas autarquias do distrito de Viseu sobre o encerramento dos serviços de Finanças. Questiona se o Sr. Presidente da Câmara Municipal também subscreveu essa moção de censura que tem o mesmo objeto da que foi apresentada agora pela bancada do PSD.

Presidente da Câmara: Informa que foi convidado para ir a uma reunião a Carregal do Sal, onde seria discutido o encerramento dos serviços de Finanças. No dia da reunião, não pôde estar presente devido ao falecimento de um familiar, pelo que, posteriormente, recebeu do Sr. Presidente da Câmara de Carregal do Sal a tomada de posição resultante dessa reunião, na qual estava incluído o concelho de Sátão. Refere que até esta data não houve ainda qualquer reunião de Câmara para poder levar esse assunto à discussão, pelo que garante que essa moção será discutida na próxima reunião de Câmara, até porque considera que deverá ser uma decisão não só do Presidente de Câmara, mas sim de todo o órgão executivo que a constitui, já que se a Câmara não apoiar essa moção, não terá a mesma força. Acrescenta que, por isso, não quer estar a tomar uma posição isolada como Presidente da Câmara.

Acácio Pinto: Quanto ao conteúdo da moção apresentada pelo PSD, refere que o PS a subscreve na íntegra. A questão, refere, é que a bancada do PS não traz a esta Assembleia formalmente nenhuma moção, partindo do pressuposto que havia a posição conjunta dos municípios a sul do distrito. Havendo essa posição conjunta, entende que a força dessa moção será ainda maior se a Assembleia Municipal a puder subscrever. Essa moção só faz sentido se for da Assembleia Municipal, ou seja, de todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

partidos políticos que a representam, PSD, PS e CDS. Sugere que seja aprovada uma moção que tenha o mesmo enquadramento da que foi apresentada pelos outros municípios. Pode ser desde já aprovada pela Assembleia Municipal, refere, e posteriormente a Câmara associar-se-á ou não a esse conteúdo. Acrescenta que se o PSD quiser manter a moção apresentada, o PS também a subscreverá.

Manuel Jorge Oliveira: Considera que a intervenção do senhor deputado Acácio Pinto é oportuna e concorda plenamente com a mesma, porque a moção referida é mais ampla, tem mais força, ou seja, concorda que estejam todos unidos quando se trata da defesa do concelho.

Presidente da Assembleia: Retira a moção de censura ao encerramento dos serviços de Finanças apresentada pelo PSD.

É lido pelo senhor deputado Acácio Pinto o conteúdo da moção apresentada pelos presidentes das Câmaras Municipais de Carregal do Sal, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo, Nelas, Santa Comba Dão e Mortágua:

“MOÇÃO DE OPOSIÇÃO AO ENCERRAMENTO DOS SERVIÇOS DE FINANÇAS EM NOME DA COESÃO TERRITORIAL E DO BEM-ESTAR DOS MUNÍCIPES

São atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em domínios multifacetados e a exigir, cada vez mais, presença e envolvimento de todos sem exceção.

O Interior do País foi, durante décadas e décadas, sujeito a assimetrias da mais variada ordem e conheceu, nesse lapso de tempo, uma incalculável e desmedida desertificação e êxodo rural.

O esforço abnegado dos autarcas, ao gizarem planos e opções políticas de implementação de infraestruturas e demais valências nos seus territórios, não permitiram no imediato o impacto benéfico desejado e a população, na generalidade dos municípios, continuou a baixar, como ilustram os Censos 2011.

Os concelhos do Interior do País, nomeadamente os da nossa Região, não poderão continuar a carregar o fardo pesado da interioridade, situação que poderá ser agravada com o encerramento de serviços de capital importância para o bem-estar das populações, para a coesão territorial e para o tecido económico e social, com reflexos graves na qualidade de vida das respetivas populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

O veiculado encerramento dos Serviços de Finanças, a confirmar-se, traduz um revés e uma discriminação inapropriada na qualificação dos territórios, nomeadamente numa época de dificuldades, onde os serviços de proximidade são cada vez mais chamados a intervir.

A imposição de deslocalização e concentração dos Serviços de Finanças para municípios vizinhos, é fortemente penalizador para os munícipes que no dia-a-dia têm necessidade de tratar dos seus assuntos, para além de não haver uma rede de transportes interconcelhia capaz de responder às suas necessidades básicas.

Os custos económicos e sociais são incomportáveis para as respetivas comunidades e estas não podem continuar a ser, sucessivamente, prejudicadas por decisões que afetem a sua coesão e competitividade.

Neste contexto, as Câmaras Municipais de Carregal do Sal, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo, Nelas, Santa Comba Dão e Mortágua e suas Assembleias Municipais, deliberaram por unanimidade o seguinte:

a) Manifestar, em nome das populações que representam, junto do Governo, da Assembleia da República, do Presidente da República, dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, as suas naturais e legítimas preocupações relativamente ao anunciado encerramento dos Serviços de Finanças;

b) Manifestar, em consonância com a prossecução de políticas de proximidade e de coesão municipal e supramunicipal, a sua oposição ao encerramento destes Serviços por se manifestar muito lesivo dos interesses legítimos das populações;

c) Corroborar e apoiar, incondicionalmente, as diligências de autarcas de outros municípios no que concerne a idênticas tomadas de posição.”

Presidente da Assembleia: Refere que a Mesa da Assembleia concorda com o conteúdo desta moção de censura. Depois de colocar esta moção à discussão e não havendo ninguém para intervir, coloca a mesma à votação.

Votos a favor: 30 (trinta)

Contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

A moção de censura ao encerramento dos Serviços de Finanças foi aprovada por unanimidade.

Durante a votação estiveram presentes na sala trinta deputados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto **Antes da Ordem do Dia** à discussão.

Inscrições: Rebelo Marinho, Paulo Jorge Almeida, António Carlos Rodrigues, Acácio Pinto, Inês Nunes, Manuel Jorge Oliveira

Rebelo Marinho: Começa por cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia Municipal, desejando-lhe as maiores felicidades no exercício das suas funções. Cumprimenta também os órgãos autárquicos do Concelho, desejando bom ano e bom mandato. Refere que pretende deixar duas sugestões, que não são mais que duas sensibilizações, uma dirigida à senhora Presidente da Assembleia Municipal e a outra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. A primeira tem a ver com o funcionamento e logística da Assembleia Municipal, tendo referido que sabe que não depende da senhora Presidente nem da Mesa, mas de todos os deputados, da sua colaboração e auto-disciplina. Julga que, aproveitando a renovação substancial da Assembleia, haverá menor resistência a algumas mudanças. Solicita à senhora Presidente da Assembleia Municipal que as reuniões sejam sempre realizadas no Salão Nobre da Câmara Municipal. Simbolicamente, refere, a Assembleia Municipal é o órgão mais importante da autarquia e não há lugar mais importante que o Salão Nobre. Os espaços alternativos que têm ocupado não são mais confortáveis: quer a Casa da Cultura quer a Biblioteca Municipal, que não reúnem melhores condições de conforto e de funcionalidade que o Salão Nobre, e, daí, a sua opinião. Sensibiliza a senhora Presidente da Assembleia Municipal para estes factos, mas sem prejuízo da descentralização das reuniões, caso as queiram fazer nas várias freguesias. Apresenta outra questão referente ao funcionamento, no sentido de todos os deputados se envolverem e mobilizarem na logística e na forma como fazem a sua intervenção. A culpa não é da Câmara nem da Assembleia Municipal, mas sugere que poderia ser colocada uma pequena tribuna lateralmente à Mesa da Assembleia, onde todos pudessem intervir, o que facilitaria a gravação tanto ao serviço da Assembleia Municipal como aos órgãos de comunicação social. Diz que gostaria que a senhora Presidente da Assembleia Municipal os conquistasse para tal, apesar da resistência que pode haver. Considera que não é delicado falar de costas uns para os outros, uns de pé e outros sentados, acrescentando que isto não deveria acontecer após 39 anos de democracia. Acha que o Orçamento da Câmara Municipal, apesar das contenções financeiras que o senhor Presidente sempre impõe, naturalmente, permitirá comprar uma tribuna simples, para colocar junto à Mesa da Assembleia e depois passaria pelos deputados ir lá intervir. Acrescenta que, mesmo ele que não gosta de falar em público, fará um esforço para cumprir o que está a sugerir. Quanto ao senhor Presidente da Câmara Municipal, sensibiliza-o e sugere que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Conselho Municipal de Segurança reúne tão brevemente quanto possível. Depois da época de incêndios que houve, julga que é importante uma abordagem técnica ao problema dos incêndios florestais, envolvendo também os bombeiros, a proteção civil, o comando operacional municipal e a autoridade política. Acrescenta que, depois da época de incêndios que houve, que poderia ter sido pior quando comparada com outros municípios, seria bom, do ponto de vista político, uma visão técnica deste problema, não só para avaliar o que aconteceu, mas para prever o que poderá acontecer no ano de 2014.

Sérgio Ferreira: Começa por dizer que subscreve a opinião do senhor deputado Rebelo Marinho quanto às propostas de funcionamento da Assembleia Municipal. Informa que a Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões já foi instalada e é presidida pelo conterrâneo e colega de Assembleia Municipal, Dr. Acácio Pinto. Já teve uma segunda reunião, que se realizou no dia 16 de dezembro de 2013, na qual, para além da discussão do orçamento e grandes opções de plano, se discutiram também outros assuntos de interesse para a nossa comunidade, como as acessibilidades e moções de censura contra o encerramento de serviços essenciais, como serviço de finanças e tribunais.

Paulo Jorge Almeida: Questiona o Sr. Presidente da Câmara Municipal perguntando quando é que as passeadeiras na freguesia de São Miguel de Vila Boa serão realizadas. Diz que o estado dos caixotes do lixo está uma miséria, já que muitos não têm rodas e tombam com o vento, pelo que solicita a resolução destas duas situações.

António Carlos Rodrigues: Questiona por que motivo está a obra do novo posto da GNR parada e para quando o seu recomeço.

Acácio Pinto: Entrega à Mesa da Assembleia uma proposta de recomendação no sentido de o mérito das pessoas do Concelho ser reconhecido e enaltecido. Refere que esta proposta dirige-se à Câmara Municipal, para que possa interpretar aquele que é o sentimento da bancada do PS e dar-lhe corpo formal, em termos regulamentares. Refere que no portal da Internet do município de Sátão não constam todos os regulamentos aprovados na Câmara Municipal, pelo que teve alguma dificuldade ao formular esta recomendação, enquadrando-a de forma correta de acordo com o regulamento de atribuição de medalhas e condecorações. De seguida, lê a proposta de recomendação (que se anexa), e solicita que a Câmara Municipal delibere sobre a atribuição da medalha de ouro do concelho ao cidadão Fernando Manuel da Costa Ferreira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Proposta de recomendação

Reconhecer o mérito de quem, através do seu esforço, da sua dedicação, do seu trabalho, contribui ou/e contribuiu para engrandecer o seu concelho, tem que ser uma das muitas funções dos órgãos autárquicos municipais.

Não se trata de um pagamento, muito menos de qualquer favorecimento, trata-se, tão só, de sinalizar perante todos os concidadãos da importância dos atos valorosos praticados pelas pessoas que se homenageiam. Trata-se afinal de gravar nas páginas da história municipal o relevo que os autarcas em funções à época, representantes e genuínos intérpretes do povo, entenderam conferir a um dos seus pares.

Preenche os requisitos deste nosso entendimento o cidadão Fernando Manuel da Costa Ferreira, natural de Lamas, freguesia de Ferreira de Aves, nascido no dia 23 de setembro de 1971.

Com efeito, Fernando Ferreira, também conhecido por FF, nas duas últimas décadas levou o nome do concelho de Sátão aos quatro cantos do mundo através da sua participação em competições nacionais e internacionais de Boccia, tendo sido medalhado em jogos paralímpicos, campeonatos mundiais, europeus e nacionais dessa modalidade de que aqui se destaca uma breve cronologia:

1984 - Ingresso na APPC NR Viseu, onde pratica a modalidade de Boccia, classe desportiva BC2 e tem como treinador Filinto de Carvalho;

1986 - 1º contacto com a modalidade;

1987 - 1ª convocatória para a Selecção Nacional de Boccia;

1988 - 1ªs Medalhas Internacionais: II Jogos Ibéricos – Orense – Espanha - 2 a 5 de Junho

Participação e medalhas em competições internacionais

* SEUL 1988 - Medalha de Ouro – Equipas; Medalha de Bronze - Individual

* 1ª TAÇA DO MUNDO – Coimbra '91

* JOGOS PARALÍMPICOS Barcelona '92 - Medalha de Prata - Individual

* CAMPEONATO EUROPEU - Bélgica '93 - Medalha de Prata – Equipas; Medalha de Bronze - Individual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

- * CAMPEONATO DO MUNDO - Inglaterra '94 - Medalha de Prata – Equipas; Medalha de Bronze - Individual
- * TAÇA DO MUNDO - Sydney - '95 - Taça do Mundo para PORTUGAL; Medalha de Ouro - Individual
- * JOGOS PARALÍMPICOS - Atlanta '96 - Medalha de Prata – Equipas
- * CAMPEONATO DA EUROPA - Vitoria – Gasteiz '97 - Medalha de Prata – Individual; Medalha de Bronze - Equipas
- * CAMPEONATO DO MUNDO - E. U. A. - '98 - Medalha de Bronze - Equipas
- * CAMPEONATO DO MUNDO - Argentina – Mar del Plata '99 - Medalha de Ouro – Individual; Medalha de Prata - Equipas
- * JOGOS PARALÍMPICOS - Sydney 2000 - Porta-Estandarte e Medalha de Bronze – Equipas
- * CAMPEONATO DA EUROPA - República Checa – 2001 - Medalha de Ouro – Equipas; Medalha de Bronze - Individual
- * TAÇA DO MUNDO - Nova Zelândia 2003 - Taça do Mundo para PORTUGAL; Medalha de Ouro – Equipas; Medalha de Ouro – Individual
- * JOGOS PARALÍMPICOS – Atenas – 2004 – Medalha de Ouro – Equipas; Medalha de Bronze - Individual
- * CAMPEONATO DA EUROPA – Póvoa de Varzim – 2005 – Medalha de Ouro – Equipas e Individual
- * CAMPEONATO DO MUNDO – Brasil – 2006 – Medalha de Prata – Equipas
- * TAÇA DO MUNDO – Canada – 2007 – Medalha de Ouro – Individual; Medalha de Bronze – Equipas
- * JOGOS PARALÍMPICOS – Pequim – 2008 - Medalha de Prata – Equipas
- * CAMPEONATO DA EUROPA – Póvoa de Varzim – 2009 – Medalha de Ouro – Equipas e Individual
- * CAMPEONATO DA EUROPA – Guimarães – 2013 – Medalha de Ouro – Individual; Medalha de Prata – Equipas






ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO


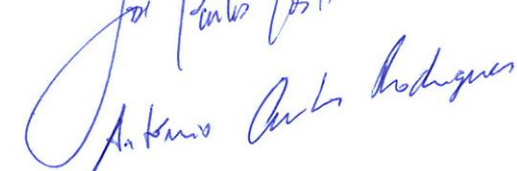
É, para além disso, um cidadão cumpridor das suas funções cívicas, um dedicado defensor da sua terra, um lutador incansável pela dignidade das pessoas e um homem que está sempre disponível para se tentar superar em cada dia que passa.

Tendo, pois, por base tudo o que precede e muito mais que haveria para dizer, os deputados do PS na Assembleia Municipal de Sátão recomendam à Câmara Municipal de Sátão que delibere a atribuição da medalha de ouro do concelho ao cidadão Fernando Manuel da Costa Ferreira.

Sátão, 30 de dezembro de 2013

Os deputados do PS


Filipe Cardoso

António F. J.

António

António

João Paulo Costa

António Carlos Rodrigues

António

João de Oliveira Nunes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Inês Nunes: Refere que a devastação da floresta do Concelho, devido à ocorrência de incêndios no verão passado, trouxe consequências ambientais que todos reconhecem. Nomeia, como exemplo, o assoreamento das linhas de água e o entupimento dos sistemas de drenagem, devido a uma erosão mais acentuada. Destaca o mau estado da estrada que liga Vila Longa/Vacaria e ao concelho de Penalva do Castelo, por apresentar as bermas bastante danificadas, fruto de ter sido atravessada pelo fogo no passado mês de agosto, do declive acentuado em que se encontra e também das chuvadas intensas da última semana. Referiu igualmente que o sistema de escoamento de água está danificado e algumas placas de sinalização estão no chão. Apela para que haja da parte da Câmara Municipal atenção na reparação e conservação desta via, que foi sujeita recentemente a obras de requalificação, mas também em outras situações que terão certamente surgido no Concelho, sobretudo nas redes viárias que foram ultrapassadas pelos incêndios. Face à realidade que temos no nosso Concelho quanto à área ardida, refere que é urgente tomar-se uma atitude para prevenir e para atenuar o impacto ambiental. Pensa que, perante este cenário, a Câmara Municipal pode pensar o seu plano de atividades, no âmbito da educação ambiental, tendo como meta a mitigação dos problemas que os incêndios provocam. Considera que, se a Câmara Municipal quer assumir uma política que contribua para a valorização e promoção dos recursos naturais do Concelho, deve eleger esta problemática como prioritária e trabalhar este tema com as escolas, com instituições de cariz social, empresarial e outras instituições locais. Acha que educação ambiental não ocorre apenas sensibilizando as pessoas, mas ocorre quando as pessoas estão envolvidas em problemas locais e em situações que as afetem. Termina, salientando que os recursos micológicos que o Concelho se orgulha de ter dependem também dos recursos florestais, sendo que esta é mais uma razão para que o Concelho defenda e proteja a floresta.

Manuel Jorge Oliveira: Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, começa por dizer que a freguesia de Romãs Decermilo e Vila Longa foi fustigada pelos últimos temporais e as vias rurais sofreram danos de muita importância. A estrada que liga à sede de freguesia, em Romãs, está quase intransitável, estava quase em condições de ser asfaltada e agora ficou intransitável, é um “suicídio” para qualquer viatura. Refere que, com a construção do saneamento, é difícil ir de Rãs para o Soito e de Rãs para Vila Longa. Acrescenta que há outras vias municipais muito danificadas e é muito difícil transitar por elas. De seguida, fala sobre o edifício da escola primária de Vila Longa, propriedade da Câmara Municipal, que está numa situação que, ou se resolve de imediato, ou então qualquer dia fica em ruínas, o que será uma pena, porque é um edifício bonito. Acha que uma intervenção atempada vai salvar o edifício, que pode ter muita utilidade para a Freguesia. Sugere que se reparem, inicialmente, o telhado, as janelas e as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

portas. Refere que a estrada de Santiago, também em Vila Longa, tem o piso muito danificado, pelo que sugere ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que quando se asfaltasse a estrada das Romãs, também se asfaltasse aquela, que é muito importante para a Freguesia de Vila Longa e não ficará dispendiosa. Desafia o Sr. Presidente da Câmara Municipal para fazer uma visita à nova freguesia de Romãs Decermilo e Vila Longa, de maneira a conhecer as necessidades da mesma. Termina, dizendo que a Junta de Freguesia não terá possibilidade de responder a todas as necessidades, mas contará com o apoio da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Começa por cumprimentar todos os presentes. Responde ao senhor deputado Rebelo Marinho, dizendo que a tribuna já esteve na Assembleia Municipal, mas como ninguém a utilizava, a mesma foi retirada. Não há necessidade de comprar uma tribuna, porque a Câmara Municipal tem uma em madeira, que se adapta ao Salão Nobre e tem outra em acrílico, que se encontra atualmente na Casa da Cultura de Sátão, portanto, não há qualquer problema em relação à aquisição da tribuna. Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, refere que é um dos temas que será discutido nesta reunião, de forma a eleger os respetivos representantes e, assim que tudo esteja resolvido, ir-se-á convocar os mesmos, já que o Conselho Municipal de Segurança tem uma importância fundamental. Responde ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Vila Boa, informando-o que foi colocado a concurso e acabaram de ser marcadas mais de 90% das estradas do concelho com linha média e o que se segue será a marcação das passadeiras. Quanto aos caixotes do lixo, refere que, normalmente, quando estão danificados, é informado dessa situação pelos funcionários que fazem a recolha do lixo; posteriormente o técnico da proteção civil irá avaliar e confirmar os danos e de seguida procede-se à sua substituição. Se há alguns danificados na freguesia de São Miguel de Vila Boa, essa situação terá de ser resolvida. No que concerne ao posto da GNR, diz ao senhor deputado António Carlos Rodrigues que o mesmo foi posto a concurso antes de setembro, referindo que o posto foi entregue à empresa João Cabral & Filhos, que entretanto faliu. Explica que, neste momento, para que não haja novo concurso público, a Câmara Municipal procura uma firma que faça a obra pelo mesmo preço. A lei diz que, ou se encontra uma firma que mantenha o preço, ou tem de haver um novo concurso público. Refere que se está no bom caminho com uma firma e irá levar esse tema à discussão na reunião de Câmara Municipal. Acrescenta que não há qualquer problema com o terreno do posto da GNR, pois a paragem da obra tem a ver unicamente com a insolvência da firma e, à partida, em janeiro a obra avançará. Informa que o posto da GNR era para ser financiado 80% pelo QREN, 10% pelo Município e 10% pelo Ministério da Administração Interna. Veio, entretanto, uma diretiva da União



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Europeia que define que a mesma deixa de financiar postos de força de segurança e o MAI (Ministério da Administração Interna) assumiu inteiramente os custos do edifício, ou seja, a obra vai ser comparticipada a 100% pelo MAI. Em relação ao portal na Internet do Município, explica que houve alguns problemas e que se mudou de operador há pouco tempo. Respondendo ao senhor deputado Acácio Pinto, julga que a Câmara Municipal não tem nenhum regulamento de atribuição de medalhas e, se não tem, deverá tratar de o efetivar. No que concerne à proposta de recomendação apresentada pelo PS, refere que já foi feita, crê até que foi na altura em que o senhor deputado fazia parte da autarquia, uma festa em homenagem a Fernando Ferreira, tendo sido atribuída uma medalha ou um quantitativo em dinheiro. Para além disso, na altura em que houve o campeonato de *Boccia* no Sátão fez-se igualmente um reconhecimento ao atleta, o que não inviabiliza, porém, a proposta apresentada, mas salienta que o “FF” (como é conhecido o atleta Fernando Ferreira) não está esquecido. A Câmara irá analisar e dará uma resposta. Responde de seguida à senhora deputada Inês Nunes, informando que, o que está danificado na estrada de Vila Longa é da responsabilidade do empreiteiro, que deve arranjar, já que a mesma ainda está no período de garantia, que é de cinco anos. A estrada foi terminada há pouco mais de dois anos. Se houver algum dano que seja da competência da Autarquia de Sátão, essa situação será tratada. No que concerne à educação ambiental, pode-se trabalhar perfeitamente nisso; informa que está a decorrer no concelho um projeto no valor de 600 mil euros de limpeza das florestas, rede primária e secundária e limpeza das áreas agrícolas, o que não inviabiliza que, na zona de Vila Longa, onde existe uma grande área ardida, haja uma estreita colaboração entre municípios e compartes, até porque estes têm tido um papel bastante ativo. Informa o senhor Presidente da Junta de Romãs Decermilo e Vila Longa que a estrada que liga a Romãs está sujeita a uma intervenção e que a mesma foi parada, porque, segundo os técnicos e o empreiteiro, não era altura ideal para colocar o tapete, devido às diferenças de temperatura de dia e de noite. Explica que a obra será terminada e que qualquer dano resultante de tal paragem será da responsabilidade da empresa. Quanto à estrada que vai para Vila Longa, explica que já interveio telefonicamente junto da empresa responsável. No que concerne à escola primária de Vila Longa, informa que foi feito um contrato de comodato com a anterior Junta de Freguesia, contrato esse que tinha algumas premissas, como por exemplo a manutenção do espaço por parte de quem fica com o mesmo. Diz que ficou desagradado com as condições da escola quando teve ocasião de a visitar e vai ver o que poderá ser feito. Termina, referindo que a Junta de Freguesia anterior deveria ter cumprido o contrato mantido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

II ORDEM DO DIA

4. Discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto quatro da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Não sendo possível mostrar digitalmente o orçamento, devido a problemas técnicos, começa por referir que a Câmara Municipal procurou fazer este orçamento com base no POCAL, cumprindo a Lei dos Compromissos e procurou fazer um orçamento o mais correto possível. É lógico que poderá vir a ser alterado, até porque haverá um novo quadro comunitário, o 20 20. Esclarece que neste momento ainda não se sabe ao certo o investimento que será feito nas autarquias e, portanto, poderá haver alterações em 2014.

Inscrições: Paula Cardoso, Rui Pina, António José Carvalho.

Paula Cardoso: Lamenta que não tenha havido por parte do técnico de contabilidade nenhuma explicação em relação ao orçamento, apesar dos problemas técnicos. Tomando como ponto de referência a nota introdutória do documento do orçamento, que refere que o clima de instabilidade e o cenário de crise que todos sentem e uma população cada vez mais fragilizada e com maiores necessidades de apoio, é com certeza a instituições de solidariedade social que as pessoas acorrem a pedir apoio. Por conseguinte, e também pelo papel das associações não só no desenvolvimento social como também na dinamização de ações que promovem a melhoria das condições de vida das pessoas em geral e porque esta é uma área de proximidade que deve ser reforçada, questiona o Sr. Presidente como justifica que na área de ação social e na atribuição de subsídios às associações de solidariedade social, há uma diminuição de cerca de 50 mil euros comparativamente ao orçamento de 2013. Pergunta se em relação à rubrica dedicada à habitação social, não acha o montante de 5 mil euros um valor muito abaixo do real necessário. No que concerne aos escassos 500 euros destinados ao restauro da Capela da Nossa Senhora da Oliva, verifica que o orçamento, nesta área, tem diminuído e pergunta ao Sr. Presidente se o valor não será reduzido para uma obra necessária em termos culturais para o concelho de Sátão. Relativamente às Grandes Opções de Plano, refere que consta a construção de um novo acesso ao Sátão, com o montante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

de 5 mil euros, considerando-o um valor escasso. Questiona qual é esse acesso. Interroga se não seria também de configurar uma rubrica para eventuais expropriações de terrenos nessa zona e quais são as reparações que estão incluídas na rubrica das reparações em edifícios da Câmara Municipal, com um valor de 50 mil euros. Destaca a redução do montante da rubrica destinado à limpeza das bermas e valetas, de 94 mil para 75 mil euros, perguntando se não deveria ter sido aumentada, atendendo às necessidades das freguesias. Questiona também porque aumenta a aquisição de serviços e bens. Na área do investimento, refere que no documento está mencionado que desse valor constam compromissos assumidos e não pagos em 2013 e pretende saber quais são esses compromissos, até porque é um valor inferior ao de 2013 na área do investimento. Pergunta a que se referem os “outros investimentos” mencionados na página 12.

Rui Pina: Começa por dizer que esperava mais inscrições para a discussão deste ponto, até porque, mais do que um orçamento, mais do que um documento técnico, um orçamento é um documento político. Refere que, apesar de não ter tido muito tempo para analisar o documento, pretende colocar algumas questões, que mais não são que meros pedidos de esclarecimentos, que resultam da comparação com o orçamento presente a esta Assembleia Municipal no ano passado. Começa por referir a página 14, na qual consta o primeiro desfalque nas receitas, que surge através das transferências de equilíbrio financeiro. Diz que há um incremento do fundo de equilíbrio financeiro de perto de 400 mil euros, portanto numa altura em que se fala de crise, o Município de Sátão tem uma verba a transferir de valor superior à do ano anterior. Continua, questionando o Sr. Presidente por que é que há uma redução no montante previsto da receita da água, porque cada vez se paga mais. Na página 15, há uma redução nas receitas que têm a ver com o FEDER e o PRODER, pelo que a Câmara irá arrecadar menos. Salaria estas rubricas para se perceber que, havendo uma redução de perto de 900 mil euros nas receitas, num ano de sentida crise, um orçamento de perto de 11 milhões não será assim tão pouco, mas também não é demasiado, não há uma variação muito grande em relação ao do ano anterior. Relativamente à despesa, na página 16, no montante previsto para gastos de pessoal em funções, refere que no ano passado previu-se um gasto de 120 408 euros e há este ano uma redução, mas em contrapartida existe um aumento exponencial da rubrica do pessoal em outras situações, que passou de 75 mil para 170 mil euros. Acrescenta que considera que seria mais correto ter-se discutido primeiramente a 6ª revisão orçamental do orçamento de 2013 e, depois, o orçamento para 2014. Na página 17, chama a atenção para um aumento para quase o dobro nos gastos com o gásóleo. Apesar de ser sabido que o combustível aumenta quase diariamente, não lhe parece que tenha aumentado o dobro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

de um ano para o outro. Fala sobre a proposta de recomendação apresentada pelo PS e diz ao Sr. Presidente que parece que estava a adivinhar, porque passou o valor de prémios e condecorações de 20 mil para 40 mil euros. Na página 25, questiona o motivo de reduzirem a verba a gastar com viadutos, arruamentos e outras obras complementares de um milhão e 200 mil para 620 mil e de duplicarem o valor relativo à rubrica de sistema de águas residuais. Refere que na página 28 notou uma discrepância em relação ao orçamento do ano anterior: há uma diminuição na verba com os transportes de 440 mil para 276 mil euros. Diz que tentou relacionar isso com o aumento na atribuição de refeições na comunidade escolar. Destaca uma questão de pormenor na página 38, porque quando se fala na construção do mercado local de produtos artesanais e agrícolas e reparações na escola, deveria mencionar qual o local, mesmo se depreendendo que é no Sátão. Como nem tudo é mau ou digno de reparo, salienta um motivo de satisfação por ver que é contemplado nas Grandes Opções do Plano para 2014 a verba de 210 mil euros para a execução da rede primária de Sátão, no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. Não sabe se será muito ou pouco, isso depende do que for feito para a prevenção dos fogos e outros acidentes naturais. Diz que gostou de ver que está em fase de execução a zona industrial ou parque empresarial. Em relação a este tema, pede a atenção para a página 36, na qual estão mencionadas duas rubricas: uma com a cotação de 10 mil euros para expropriação de terrenos na zona industrial, que supõe ser a que se encontra acima do campo de futebol municipal, e outra destinada a operações de loteamento do parque industrial, considerando que deveria constar o mesmo nome que na primeira rubrica. Acha que o orçamento é mais do mesmo, é um orçamento que permite à Câmara Municipal fazer obras, numa altura em que este concelho precisa é de dinamização empresarial, deixando a ideia da criação de um gabinete de apoio a pequenas e médias empresas, já que não é fácil as empresas do concelho terem acesso a crédito e, por isso, toda e qualquer ajuda que o Município pudesse dar nesse sentido seria bem-vinda. Com o novo quadro comunitário que aí vem, seria importante que houvesse por parte do Município um espaço aberto onde os empresários se pudessem informar acerca dos benefícios que esse quadro comunitário pode oferecer.

António José Carvalho: Depois de ter cumprimentado toda a Assembleia, começa por dizer que a sua intervenção serve para lembrar e intensificar a solicitação, neste caso da Junta de Freguesia de Sátão, mas que é extensível a todas as freguesias, no sentido de o Executivo Camarário reforçar nas Grandes Opções do Plano as verbas destinadas aos protocolos a celebrar com as freguesias, nomeadamente no que diz respeito à limpeza das bermas e valetas, que se tem revelado insuficiente. Refere que já tem esse pré-acordo com o Sr. Presidente, mas quer deixar a solicitação, tendo em conta que essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

descentralização financeira permitirá sempre atender de forma direta e sustentada às carências das populações. Diz que o Executivo Camarário tem mostrado toda a disponibilidade à freguesia de Sátão. Termina, sugerindo a transferência para as juntas de freguesia de parte das verbas afetas à ampliação do antigo centro de saúde para a instalação do posto da GNR, já que esta obra vai ser comparticipada a 100% e desejando um ano de 2014 com saúde e pleno de realizações pessoais e profissionais.

Presidente da Câmara: Começa por dizer que o Orçamento é um plano e pode ser alterado, se o novo quadro comunitário der margem para o reforçar. Quanto às IPSS referidas pela senhora deputada Paula Cardoso, diz que não houve diminuição nem aumento, pois no ano passado havia uma verba de 75 mil euros, que foi atribuída à ARCAS, de Ferreira de Aves. Desses 75 mil euros, já foram pagos 50 mil, falta pagar 25 mil, quando a obra estiver pronta. Este ano, existe uma verba de 50 mil, dos quais 25 mil serão para a ARCAS e 25 mil para a construção do lar no Sátão. Esta verba é sobretudo para investimento de capital. Explica que se o lar do Sátão avançar rapidamente, provavelmente ter-se-á que reforçar essa verba. Essa obra vai ser executada em Samorim, uma vez que houve uma benfeitora que ofereceu 90 mil euros para a construção do lar. Considera que o Orçamento, apesar de ter sido referido pelo senhor deputado Rui Pina como “sendo mais do mesmo”, permite fazer obra, cumprir a Lei dos Compromissos e fazer uma boa gestão, porque se tem diminuído a dívida, sem, no entanto, deixar de fazer obra. Acha que os municípios têm que ter cuidado com os orçamentos que apresentam. A lei do Orçamento de Estado ainda não foi publicada, mas quando for, julga que uma das regras que incluirá dita que os municípios que não tenham uma taxa de execução na ordem dos 80% durante dois anos seguidos, sejam penalizados nas transferências da Administração Central em menos 10%. Há, para além disso, várias regras a cumprir, porque senão sofrem penalizações. Dá o exemplo dos municípios que pediram empréstimos e recorreram ao PAEL e que vão ser obrigados a subir as suas taxas em 2014 ou em 2015. Salienta que tem de haver alguma contenção, para chegar a “bom porto”. No que concerne à habitação social, a verba de 5 mil euros irá ser reforçada, até porque, em 2014, a obra avançará no Sátão. Conta que esteve numa reunião em Lisboa com o diretor do IHRU e, neste momento, não existem verbas a fundo perdido para habitação social. Existem empréstimos do BEI na ordem dos 50% e a Câmara poderá recorrer a empréstimos da banca na ordem dos 25%, sendo que os outros 25% seriam suportados pela autarquia. Ficou combinado que entraria em contacto novamente em janeiro, depois de verificar se o novo quadro comunitário abarcaria verbas com esta finalidade. Se não houver dinheiro a fundo perdido, ter-se-á de avançar para o empréstimo, cujas verbas só estarão disponíveis até setembro de 2014. Em relação à recuperação da Capela da Nossa Senhora da Oliva, refere que só se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

pode avançar com a obra quando for feita alguma candidatura, porque a Câmara não tem, atualmente, possibilidade para tal, só se recorrer a empréstimo, que é também um assunto que pode ser discutido na Assembleia Municipal. Quanto ao acesso ao Sátão, este compreende a estrada que nasce na rotunda e termina junto à feira municipal. O projeto está pronto e será a rua mais larga do Sátão, com estacionamento, passeio e via para bicicletas. Supõe que haverá verbas para esta obra no novo quadro comunitário, pelo menos foi essa a informação que recebeu numa reunião na CCDRC. Sabe também que existem 20 milhões disponíveis para as câmaras da região centro e que esse montante poderá ser reforçado, já que houve universidades e empresas do setor privado que não investiram e, como tal, a Autarquia vai tentar beneficiar dessa verba. Refere que o projeto do novo parque industrial já foi aceite pela CCDRC e está em fase de análise, unicamente para se decidir em quanto vai ser participado. A obra arrancará em fevereiro de 2014. Em resposta ao senhor deputado Rui Pina, explica que já existe um gabinete de apoio aos empresários, que funciona na escola, todas as quintas feiras de manhã, que tem um técnico da AIRV e algumas empresas deste concelho têm já marcado presença nesse gabinete de apoio. Funciona precisamente para verificar quais as possibilidades que existem ao abrigo de vários projetos, como o FINICIA, ao qual, infelizmente, ainda apenas duas empresas concorreram. Apesar de a banca não emprestar dinheiro, explica que o próximo quadro comunitário, no eixo 1 e 2, contempla grande parte da verba para as empresas, não para recorrerem a fundos perdidos, mas para beneficiarem de empréstimos com juro zero, segundo informações da CCDRC. Diz que as reparações em edifícios que estão mencionadas no Orçamento são relativas ao projeto de cobertura na escola, que já está metade construído e pago; é um projeto de cerca de 129 mil euros, que estará pronto em março ou abril. No que concerne à água, o valor mencionado no Orçamento diz respeito à média de 24 meses. Diz ao senhor deputado Rui Pina que não pode estar a pagar mais pela água, porque o valor não subiu, o que pode ter aumentado é o consumo. Quanto à rubrica do FEDER e PRODER ter um valor inferior, explica que como se está numa altura de término dos programas, não pode colocar um valor que não conta receber. No anterior Orçamento, o valor dessa rubrica era superior porque havia o QREN e abarcava também o valor da nova zona industrial, uma obra que tem de estar pronta até junho de 2015. As candidaturas da ADD ao PRODER estão encerradas, com certeza haverá novos projetos, mas dependem das verbas disponíveis. Quanto ao valor do pessoal em qualquer outra situação, houve um aumento do valor, devido aos estagiários que a Câmara Municipal tem neste momento. Explica que parte desse dinheiro será reembolsado pelo IEFP, na ordem dos 75%, e o resto é suportado pela autarquia. Acrescenta que se a Câmara Municipal tivesse uma situação económica mais complicada, não teria os estagiários, ainda que eles sejam necessários. A Câmara tem uma situação económica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

confortável e, portanto, pretende dar uma oportunidade de emprego às pessoas, refere que vai continuar a fazê-lo, desde que haja essa abertura por parte do IIEFP. No que concerne à rubrica do gasóleo, o valor mencionado é o que realmente se gasta. Explica que a autarquia tem uma bomba própria, nas oficinas, tendo os carros um chip para abastecer, o permite um grande controlo. A verba referida implica já o contrato feito para todo o ano, por que a Lei dos Compromissos a isso obriga. Diz que a diminuição do valor para viadutos e arruamentos se deve a algumas obras que entretanto terminaram e o aumento da drenagem de água relaciona-se com as obras de saneamento em Afonsim e Soito de Golfar. Menciona que há uma diminuição de 52 mil euros nas transferências da Administração Central, mesmo que tenham alterado uma parte do valor definido como capital, colocando-o como corrente. No que concerne ao parque industrial, expropriações de terrenos, refere que estão disponíveis 10 mil euros, que só serão necessários se houver contenciosos e, nesse caso, o valor até teria de ser superior. Acrescenta que, mercê do projeto apresentado pela Autarquia, o pagamento dos terrenos vai ser participado na ordem dos 70%, já que na futura zona industrial não vai haver venda de lotes, mas sim aluguer dos mesmos. Diz ainda que o mercado é para ser construído ao lado da antiga escola primária de Sátão e a verba dessa rubrica contempla o alcatroamento e melhorias no edifício da antiga escola, nomeadamente do telhado, portas e caleiros. Chama-se mercado local por causa de uma futura participação, já que, se assim não fosse, não haveria participação do PRODOR.

Rui Pina: Relativamente à zona industrial, diz que percebe a questão dos 10 mil euros alocados à rubrica das expropriações, acrescentando que a pergunta que tinha feito tinha a ver com o nome, que poderia induzir em erro as pessoas, que poderiam não perceber de que zona industrial se estaria a falar nessa rubrica. E por haver essa rubrica, questiona o Sr. Presidente se não será demais acreditar que o novo parque industrial esteja pronto em junho de 2015, porque, a haver expropriações litigiosas, haverá também atraso na conclusão da obra. Refere que quando falou do Orçamento como sendo mais do mesmo, quis dizer que, efetivamente, não há grandes novidades, pois as contas estão bem feitas, referindo que nunca pôs isso em causa, mas não há neste Orçamento aquilo que seria desejável numa altura única na vida política e social do país e, concretamente, do Município. Esperava que houvesse alguma novidade que pudesse alavancar a política económica do concelho. Termina, dizendo que se as contas estão bem feitas e se gasta menos que o que se recebe, não se faz mais que a obrigação.

Presidente da Câmara: Refere-se ao investimento na zona industrial e até ao próprio facto de existir um gabinete de apoio a empresários para responder ao senhor deputado Rui Pina. Quanto à obra da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

zona industrial estar pronto em 2015, explica que até à data não houve problemas relativamente à expropriação de terrenos; mesmo que os haja, os processos de expropriação de terrenos para obras que concorreram a fundos comunitários são céleres; se fossem expropriações para obras que não tenham fundos comunitários, aí sim, os processos são mais morosos. Salienta que a Autarquia tem feito obra, tem tido a preocupação de beneficiar dos fundos comunitários, acrescentando que, provavelmente, haverá mais surpresas positivas em 2014. Dá o exemplo do posto da GNR, que já estava prometido há muito tempo, e a nova zona industrial, bastante necessária, já que a existente tem os lotes praticamente vendidos, e na qual serão investidos perto de 1 milhão e 600 mil euros. Refere que a Autarquia se tem preocupado, tem feito obra, e mesmo não fazendo tanto como gostaria de fazer, tem conseguido equilibrar as contas e é isso que quer continuar a fazer.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e feita a discussão do Orçamento e Grande Opções do Plano para 2014, este foi aprovado com a seguinte votação:

Votos a favor: 20 (vinte)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 10 (dez)

Estavam presentes 30 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por maioria.

Presidente da Câmara: Pede a palavra para agradecer a intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Sátão, que falou da colaboração que tem havido entre Autarquia e a Junta de Freguesia, considerando que não podia ser de outra maneira. Já relativamente ao pedido que o senhor Presidente da Junta de Freguesia fez, informa que há uma nova lei de transferências para as juntas de freguesia, pelo que o assunto poderá vir a ser analisado no próximo ano.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

5. Discussão e votação da 6.^a Revisão Orçamental do ano de 2013.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto cinco da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Explica que esta Revisão Orçamental do ano de 2013 não é uma revisão pela positiva, mas pela negativa, porque a Câmara tem de ter em conta a próxima execução orçamental e, portanto, é legítimo fazê-lo. O que se está a solicitar à Assembleia Municipal é que se retirem verbas que existiam em 2013 e que não foram gastas, como por exemplo as relativas à zona industrial e ao quartel da GNR, que tinham de estar incluídas no Orçamento para que as obras pudessem ser lançadas. Na altura até foi feita uma revisão pela positiva e agora o que se pede é que se tire o valor não gasto, de maneira a não haver consequências negativas na taxa de execução. Além disso, refere que o valor relativo ao posto da GNR e à zona industrial ainda não foi recebido, apesar de estar contemplado no Orçamento.

Inscrições: Rui Pina

Rui Pina: Acha que, em situações futuras, seria mais lógico ter a Assembleia Municipal discutido primeiro as modificações ao Orçamento de 2013 e depois aprovar o Orçamento de 2014. Refere que, segundo as boas práticas, um Orçamento quando é feito poderá sofrer uma ou duas alterações, a não ser que haja situações extraordinárias que o justifiquem. Uma vez que é a 6ª revisão, significa que, de dois em dois meses, se procedeu a alterações no Orçamento e questiona o que terá provocado tal situação. Ainda assim, se tivessem discutido a Revisão antes da aprovação do Orçamento, e teriam percebido que mais que um documento técnico, o Orçamento é um documento político, porque em qualquer altura é permitido pegar em verbas que num determinado momento poderão ser importantes mostrar a uma determinada parte da população e dois meses depois retirar esse valor para o mostrar a outra parte. Deixa bem claro que, ao ritmo que se fazem revisões orçamentais, muito pouco haverá a dizer sobre o Orçamento que acabou de ser aprovado.

Presidente da Câmara: Explica que, quanto a revisões orçamentais, só as que serviram para aumentar a rubrica relativa à zona industrial e ao novo quartel da GNR e depois diminuir, foram logo quatro. Sugere ao senhor deputado Rui Pina que consulte as câmaras de perto, certo de que os outros não servem de exemplo, e confirme quantas alterações têm. Continuando a responder ao senhor deputado Rui Pina, afirma que não usa o Orçamento conforme os seus interesses, pois as verbas retiradas têm a ver com as obras financiadas. Explica que, supondo que no final de janeiro haja dinheiro para habitação social, ter-se-á de aumentar a verba dessa rubrica, para poder beneficiar desse dinheiro e não para uso político. As verbas alocadas tanto à zona industrial como ao novo posto da GNR foram bem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

empregues, já que tinham de ter o valor cabimentado e o compromisso feito para se conseguir a sua participação. Não se trata de política, mas sim de verbas das quais poderia beneficiar. Considera que o Orçamento é um documento político, mas as mudanças de verbas não tiveram a ver com isso e é por isso que pede à Assembleia Municipal a aprovação desta Revisão.

Rui Pina: Diz que o documento que tem não menciona apenas os dois casos referidos pelo Sr. Presidente, mas muitos mais. Quando diz que a Autarquia pode fazer transferências de verbas de obras para outras, não só pode como é o que tem feito, como prova a Revisão Orçamental.

Presidente da Câmara: Diz que há verbas de outras obras que foram retiradas, porque estão paradas e, portanto, passam para a despesa de 2014. Dá o exemplo do saneamento de Soito de Golfar, que está parada e cuja verba não foi gasta na totalidade e, por isso, passa para a despesa de 2014, para que depois a obra continue. Não é sua intenção enganar a Assembleia Municipal. Refere que a Autarquia faz este pedido de alteração, porque tem de ter cuidado com a lei do Orçamento de Estado, cuja publicação deve estar para breve, e que inclui a cláusula da taxa de execução dos municípios. Acrescenta que esta é a primeira vez que solicita uma revisão orçamental pela negativa, desde que está na Câmara Municipal. A Câmara tem tido uma execução na ordem dos 70 %, que considera boa, mas agora têm de ter em atenção a taxa de execução definida na Lei do Orçamento de Estado.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e feita a discussão da 6ª Revisão Orçamental do ano de 2013, esta foi aprovada com a seguinte votação:

Votos a favor: 25 (vinte e cinco)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 25 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por unanimidade.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

6. Discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto seis da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Refere que o mapa de pessoal para o ano de 2014 prevê três alterações: a passagem de um elemento de proteção civil, que está em regime de tempo determinado, para regime indeterminado; criação de três postos de trabalho para assistentes operacionais nas Obras Municipais e criação, na divisão de Planeamento, de um contrato indeterminado para um técnico florestal ou agrícola. Explica que só é possível abrir vagas de acordo com o Orçamento de Estado e tendo em conta a situação financeira. O Orçamento de Estado dizia que se tinha de reduzir em 2% no pessoal; neste momento, as câmaras que estão em condições económicas razoavelmente boas, não têm de apresentar essa redução, não podendo, no entanto, aumentar o número de postos de trabalho que têm. Isto significa que só se podem abrir vagas consoante as reformas. Refere que aguarda a publicação do Orçamento de Estado para confirmar se a redução dos 2% tem de ser cumprida por todas as câmaras ou somente para aquelas com dificuldades económicas. Refere que o posto de trabalho na área de proteção civil é necessário, bem como os postos de trabalho dos assistentes operacionais, já que, atualmente a maior parte dos trabalhadores estão em regime de contrato emprego inserção. Prevê-se que o próximo quadro comunitário vai incidir sobretudo na área da agricultura e florestas e, daí, a importância do posto de trabalho para técnico florestal ou agrícola.

Inscrições: José Figueiredo

José Figueiredo: Refere que não há muito a dizer quanto ao quadro de pessoal, porque o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores saberão, melhor que ninguém, as pessoas que precisam para ir ao encontro das necessidades das pessoas do Concelho. Considera que seria útil para as pessoas do Concelho que a Câmara tivesse um gabinete de apoio ao agricultor. A agricultura portuguesa ao longo dos anos tem vindo a ser abandonada, mas ultimamente tem sido invertida esta tendência. Há projetos e financiamentos aos quais as pessoas se podem candidatar e pensa que seria importante que a Câmara apoiasse os agricultores, tanto mais que ultimamente houve várias alterações na legislação, como por exemplo a obrigação de os agricultores se coletarem e se inscreverem nas Finanças, o que para muitos, principalmente os mais idosos, é uma dificuldade. Como tal, acha que seria uma mais-valia a existência de um gabinete de apoio ao agricultor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Concorda com a sugestão, referindo que o técnico florestal que se pretende contratar servirá precisamente para isso. Diz que já está em funcionamento um gabinete de apoio ao agricultor, que foi financiado pelo anterior Governo e continua a ser financiado por este, e que tinha um funcionário, entretanto falecido, que dava apoio aos agricultores do Concelho. O gabinete funciona na antiga escola primária, local cedido pela autarquia. A autarquia havia colocado lá uma funcionária para dar apoio aos agricultores, de acordo com as indicações que seriam deixadas pelos técnicos de Viseu e Coimbra, mas infelizmente estes não compreenderam e a funcionária acabou por ser retirada de lá, porque não recebeu a formação necessária. Provavelmente se isso não tivesse acontecido, o gabinete poderia estar aberto sempre, mas na altura isso não foi visto com bons olhos por parte da Administração Central. Termina, reforçando a ideia de que o técnico florestal será precisamente para haver no Sátão mais um gabinete de apoio ao agricultor, que funcionará juntamente com o que existe, caso assim o pretendam. Informa também que houve há pouco tempo uma reunião no Sátão sobre a PAC, que recebeu mais de cem agricultores.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e feita a discussão do Mapa de Pessoal para o ano de 2014, este foi aprovado com a seguinte votação:

Votos a favor: 19 (dezanove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 9 (nove)

Estavam presentes 28 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por maioria.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

7. Discussão e votação da alteração ao regulamento de Organização dos Serviços Municipais.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto sete da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Começa por pedir desculpa pelo facto de haver uma repetição no documento, dizendo que, se a Assembleia Municipal assim o decidir, o mesmo poderá voltar para trás. Caso contrário, compromete-se a fazer a correção, que se trata apenas de tirar a informação que está em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

duplicado na página 27 e na página 47, esclarecendo que a informação diz respeito à divisão de urbanismo e não à do planeamento.

Inscrições: Paula Cardoso, Sérgio Ferreira.

Paula Cardoso: Pergunta se é um documento imprescindível para a gestão do município.

Presidente da Câmara: Explica que as verbas mencionadas no Orçamento e relativas à divisão de planeamento e urbanismo estão relacionadas com este regulamento. Compromete-se a corrigir o documento até ao dia 15 de janeiro.

Sérgio Ferreira: Refere que no artigo 23, alínea jj, se deve substituir a palavra “cidade” por município ou concelho.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e feita a discussão da alteração ao regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sob o compromisso de serem efetuadas as devidas retificações, esta foi aprovada com a seguinte votação:

Votos a favor: 27 (vinte e sete)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 27 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por unanimidade.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

8. Discussão e votação da proposta referente às despesas de representação do pessoal dirigente de 2.º grau.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto oito da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Esclarece que existem atualmente dois dirigentes de 2º grau, na DUSU e na DOM; havia outro que chefiava a DARH, que se reformou entretanto e ainda não foi aberto novo concurso. Diz que sempre foi concedido o pagamento das despesas de representação aos dirigentes de 2º grau. A Câmara já aprovou a proposta. Na sua opinião, considera que quem representa a Câmara são os Vereadores e o Presidente, mas de qualquer maneira, votou favoravelmente, atendendo a que não seria correto retirar essa verba a quem já a recebe. Quando houver novos dirigentes, nessa altura a Câmara e a Assembleia pronunciar-se-ão sobre essa matéria, quanto aos que existem deverá continuar-se a pagar as despesas de representação.

Inscrições: Não há inscrições.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir e feita a discussão da proposta referente às despesas de representação do pessoal dirigente de 2º grau, esta foi aprovada com a seguinte votação:

Votos a favor: 26 (vinte e seis)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 26 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Câmara: Pede a palavra para informar que o valor atribuído para despesas de representação do pessoal dirigente de 2º grau é de 180,00€.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

9. Discussão e votação dos cargos de direção intermédia de 3.º grau: proposta de definição de competências, requisitos de recrutamento e estatuto remuneratório.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto nove da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Esclarece que existem três chefes de unidade, os chefes de direção intermédia de 3º grau, que chefiam as Unidades de Planeamento, Financeira e de Ação Social. Dois deles têm um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

vencimento mais baixo, outro tem-no superior, porque optou por aquilo que ganha na carreira e não pelo chefe de unidade. Refere que a proposta, aprovada na reunião de Câmara, vem à Assembleia para que os referidos dirigentes passem a ter um estatuto remuneratório melhor do que tinham até aqui. Acrescenta que esse aumento só é relativo a dois dos dirigentes, já que o terceiro, pelo lugar que tem na Câmara, já tem um vencimento superior ao de chefe de unidade. Considera que estes dirigentes devem ter direito a este aumento, uma vez que têm a responsabilidade de chefiar uma unidade.

Inscrições: Não há inscrições.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir e feita a discussão dos cargos de direção intermédia de 3º grau: proposta de definição, requisitos de recrutamento e estatuto remuneratório, estes foram aprovados com a seguinte votação:

Votos a favor: 28 (vinte e oito)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 28 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por unanimidade.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

10. Discussão e votação da autorização genérica – assunção de compromissos plurianuais.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto dez da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Explica que a votação deste ponto serve para que o Presidente da Câmara, nos casos em que uma obra passe de um ano para o outro, tenha autorização para assinar contratos no valor de 100 mil euros. Julga que isto é uma aberração da lei, já que o Presidente da Câmara tem autorização para fazer contratos até 150 mil euros, portanto não reconhece a esta lei grande finalidade. Acrescenta que o certo é que a lei assim o manda e, daí este pedido de autorização.

Inscrições: Não há inscrições.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir e feita a discussão da autorização genérica – assunção de compromissos plurianuais, esta foi aprovada com a seguinte votação:

Votos a favor: 28 (vinte e oito)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 28 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por unanimidade.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

11. Discussão e votação dos Estatutos da Associação de Municípios de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo e Sátão.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto onze da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Recorda que este assunto já foi discutido em Assembleia Municipal, mas, pelo facto de os municípios de Penalva do Castelo e Aguiar da Beira não o terem discutido nas respetivas Assembleias e, entretanto, ter sido publicada nova legislação, há necessidade de efetuar as devidas alterações. Explica que só é possível gerir o canil, que é de três câmaras, criando uma associação, que não criará postos de trabalho, mantendo os três funcionários, um de cada autarquia. Salaria que é necessária a aprovação destes estatutos, já que, neste momento, quem está a suportar as despesas do canil é a Câmara Municipal de Sátão e as outras Câmaras ainda não pagaram nada, porque ainda não está feita esta associação. Informa que o documento já foi aprovado nas outras Assembleias. Acrescenta que o canil é dos poucos licenciados e tem uma incineradora, que tem funcionado bastante bem, sendo que até Viseu já solicitou a sua utilização e essa proposta está a ser estudada.

Inscrições: José Figueiredo.

José Figueiredo: Diz que o Concelho de Sátão irá ter cinco elementos da assembleia que farão parte da associação intermunicipal e, pelo que refere o documento, estes serão eleitos por lista. Propõe que essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

eleição seja feita por método de *Hondt*, para que houvesse pessoas do Partido Socialista a participar na atividade do canil. Refere que tem uma dúvida relacionada com o ponto 2 do artigo 12º, que menciona que a cada Município cabe um voto e questiona se, por isso, havendo cinco pessoas representativas do Município, o sentido de voto tem de ser combinado.

Presidente da Câmara: Responde ao senhor deputado José Figueiredo, dizendo que concorda que a eleição seja feita por método de *Hondt*.

José Figueiredo: Refere que, no artigo 19º, se fala da eleição do Conselho Executivo, mas diz que este não é eleito, não é da competência da Assembleia intermunicipal a sua eleição, pelo que há aí um contrassenso.

Presidente da Câmara: Reconhece que esse ponto deve ser, de facto, retirado.

António Carlos Silva: Refere que essa eleição poderá estar relacionada com o artigo 18º. Também referiu que não concordaria que se retirasse o ponto, porque realmente há uma eleição de um presidente e de dois vice-presidentes.

Sérgio Ferreira: Pergunta se há necessidade de aprovar este documento, propondo que se aprove e, caso haja retificações, o mesmo seja de novo sujeito a aprovação.

Presidente da Câmara: Refere que é importante a aprovação dos estatutos, já que, sem essa aprovação, o Município de Sátão continua a suportar todas as despesas. Salaria que, caso haja alterações, o documento será trazido novamente à discussão.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e feita a discussão dos Estatutos da Associação de Municípios de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo e Sátão, estes foram aprovados com a seguinte votação:

Votos a favor: 22 (vinte e dois)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 7 (sete)

Estavam presentes 29 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por maioria.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

Declaração de voto do Sr. deputado Acácio Pinto: Pede a palavra, para salientar que o que está em causa não é o facto de a bancada do PS estar contra a criação da Associação ou dos estatutos da mesma na sua globalidade, mas entende que há no documento discrepâncias que são óbvias e a decisão tem apenas e só a ver com isso. Acrescenta que se a jurista estivesse presente e pudesse dar as devidas explicações, aprovariam o documento sem nenhum problema, mas há lapsos demasiado evidentes para o aprovarem.

Presidente da Assembleia: Explica que os pontos que se seguem na ordem de trabalhos tratam-se de eleições. Por forma a ser mais rápido e mais eficaz, sugere que sejam entregues boletins de voto de várias cores, devidamente identificados com a eleição a que diz respeito, explicando que, depois de discutidos todos os pontos, cada deputado será chamado para colocar os vários votos na urna.

Esta sugestão foi aceite por todos os presentes.

12. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e seu substituto, também Presidente de Junta) para fazer parte dos Congressos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto doze da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Explica que tem de ser eleito um Presidente de Junta de Freguesia, para participar nos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Informa que, neste caso, o Sátão também será representado pelo senhor vereador Paulo Santos, uma vez que foi eleito para o Conselho da ANMP.

Inscrições: Manuel Jorge Oliveira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Manuel Jorge Oliveira: O PSD indica o Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel de Vila Boa, Paulo Jorge Correia Almeida, e como substituto o Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, Rui Miguel Loureiro Cabral.

Presidente da Assembleia: Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista e feita a discussão da eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (e seu substituto, também Presidente de Junta) para fazer parte dos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi eleito Paulo Jorge Correia Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Vila Boa, como membro efetivo e ~~foi eleito~~ Rui Miguel Loureiro Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, como suplente, com a seguinte votação:

Votos a favor: 24 (vinte e quatro)

Votos brancos: 6 (seis)

Votos nulos: 0 (zero)

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

13. Eleição de um representante para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto treze da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Esclarece que este Conselho serve para discutir assuntos de interesse do centro de saúde, planos e orçamentos e o que se vai fazer, reunindo cerca de 3 vezes por ano. É um órgão consultivo.

Inscrições: Manuel Jorge Oliveira

Manuel Jorge Oliveira: O PSD indica a senhora deputada Ana Cristina Conde Gonçalves para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centro de Saúde de Dão Lafões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista e feita a discussão da eleição de um representante para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões, foi eleita Ana Cristina Conde Gonçalves como representante da Assembleia Municipal de Sátão, com a seguinte votação:

Votos a favor: 28 (vinte e oito)

Votos brancos: 2 (dois)

Votos nulos: 0 (zero)

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

14. Eleição dos representantes e de dois Presidentes de Junta de Freguesia, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, conforme o disposto nas alíneas d) e j) do n.º 1, do art. 5.º, da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho e as alíneas c) e m) do art. 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto catorze da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Refere que o Conselho Municipal de Segurança inclui dois Presidentes de junta de freguesia que serão eleitos, mas também, e segundo o regulamento, para além de outras entidades, oito personalidades do concelho, sendo quatro escolhidas e eleitas na Assembleia Municipal, e quanto às restantes é necessário que a Assembleia delibere quem quer consultar para fazer parte. Explica que, do anterior Conselho Municipal de Segurança, faziam parte personalidades ligadas à religião, cultura, desporto e educação. A Assembleia Municipal deve agora decidir quem quer escolher.

Inscrições: Manuel Jorge Oliveira, Acácio Pinto.

Manuel Jorge Oliveira: O PSD indica o Presidente de Junta de Freguesia de Avelal, Geraldo de Jesus Oliveira, e o Presidente de Junta de Freguesia de Mioma, Agostinho Machado Rodrigues. Para eleição dos cidadãos de reconhecido mérito e idoneidade ligados ao partido representado na Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Municipal, o PSD indica o senhor deputado Luís Carlos Figueiredo de Sousa e o senhor deputado António Rodrigues da Silva.

Acácio Pinto: Refere que a bancada socialista está na Assembleia numa abertura construtiva. Considera que há legitimidade plena para interpretação do voto popular que aqui se expressa e como está a acontecer. O PSD, se quiser, pode obviamente ganhar todas as votações. Não está isso em causa e acha que é legítimo, irá dar todo o apoio democrático. Diz que, nesta votação global, seria importante, até para haver uma opinião plural nos vários órgãos, que houvesse um diálogo interpartidário. Neste caso concreto, em que são eleitos dois presidentes de junta, esses dois presidentes podem ser do PSD, nada contra isso, mas acha que poderia haver uma concertação partidária, no sentido de que nos vários órgãos municipais pudesse haver também uma representação que fosse para além do PSD. Quanto à composição do Conselho Municipal de Segurança, refere que não tem nada a opor em relação aos critérios referidos. Termina, salientando que a bancada socialista está aberta a uma solução interpartidária, que possa interpretar os anseios das bancadas partidárias, considerando que esta é uma boa fase para se partir para a construção de uma solução mais abrangente.

Manuel Jorge Oliveira: Acha que se podiam conceder alguns minutos para se conversar e chegar a um consenso. Ainda assim, o senhor deputado Acácio Pinto já concordou que fossem eleitos os presidentes de junta de freguesia apresentados pelo PSD.

Acácio Pinto: Reforça que o que disse foi que podia haver um diálogo interpartidário.

Manuel Jorge Oliveira: Refere que o PSD sempre foi partido de diálogo, está altamente democratizado e está aberto a contestações.

Presidente da Assembleia: Interrompe a Assembleia Municipal às 13h00, para almoço, propondo que neste intervalo houvesse diálogo entre os partidos representados.

PARTE II

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, retoma a reunião da Assembleia Municipal pelas catorze e trinta minutos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Rosa Carvalho e Catarina Isabel Almeida

Estiveram presentes:

A Sra. Presidente da Assembleia: Eugénia Maria de Oliveira Duarte

A 1.ª Secretária da Assembleia: Paula Alexandra Loureiro de Lemos Amaral

O 2.º Secretário da Assembleia: Luís Carlos Figueiredo de Sousa

Os Srs. Deputados: Acácio Santos da Fonseca Pinto, Bruno Manuel de Jesus Vaz (em substituição de Arlindo Jorge Sousa Ferreira), José Carlos Moreira da Costa, Sérgio Almeida Ferreira, Paula Cristina de Almeida António Cardoso, Ana Cristina Conde Gonçalves, António Pacheco de Aguiar, José António de Carvalho Figueiredo, Adriano Lourenço de Almeida, Joaquim Manuel Rebelo Marinho, Paula Catarina Ferreira Martins, António Rodrigues da Silva, António Carlos Gomes da Silva, Maria Isabel Jesus de Sousa, António Carlos Rodrigues, António Lopes, Inês de Oliveira Nunes, Rui Manuel Silva Correia Pina (em substituição de Ana Isabel Moreira Almeida).

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: Geraldo de Jesus Oliveira – Avelal, Manuel Jorge de Jesus Oliveira – Romãs, Decermilo e Vila Longa, Agostinho Machado Rodrigues – Mioma, Rui Miguel Loureiro Cabral – Rio de Moinhos, Paulo Jorge Correia Almeida – S. Miguel de Vila Boa, António José Filipe Carvalho – Sátão. Foi substituído o presidente da junta de freguesia de Águas Boas e Forles, Hélder José Jesus Vaz, por António José Ferreira Caiado, a presidente de junta de freguesia de Ferreira de Aves, Maria Virgínia do Amaral Figueiredo, por Hipólito de Jesus Reis, e a presidente da junta de freguesia de Silvã de Cima por João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador.

Presidente da Assembleia: Retoma a discussão do ponto catorze da Ordem de Trabalhos, dizendo que, embora não se possa eleger já as oito personalidades que incluirão o Conselho Municipal de Segurança, é necessário que as bancadas partidárias indiquem os cidadãos de reconhecido mérito ligados ao partido que farão parte desse mesmo conselho. O PSD já apresentou a sua proposta e, como tal, solicita à bancada socialista que apresente a sua.

Acácio Pinto: Para eleição dos cidadãos de reconhecido mérito e idoneidade ligados ao partido representado na Assembleia Municipal, o PS indica o senhor deputado Joaquim Manuel Rebelo Marinho e o senhor deputado António Carlos Rodrigues.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Explica que os elementos propostos só serão eleitos quando forem escolhidos também as outras quatro personalidades. Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista e feita a discussão da eleição dos Presidentes de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Segurança, conforme o disposto na alínea d) do nº1, do art. 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, e a alínea c) do art. 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, foram eleitos os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Avelal, Geraldo de Jesus Oliveira, e de Mioma, Agostinho Machado Rodrigues, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, com a seguinte votação:

Votos a favor: 30 (trinta)

Votos brancos: 0 (zero)

Votos nulos: 0 (zero)

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

15. Eleição de um representante de cada Partido Político e de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Trânsito, conforme o disposto nas alíneas e) e f) do art. 4.º, do Regulamento Municipal de Trânsito.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto quinze da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Explica que na Comissão Municipal de Trânsito haverá um representante de cada partido político eleito por esta Assembleia e também um representante de cada partido político eleito pela Câmara, haverá um Presidente de Junta de Freguesia e sempre que se discuta assuntos relacionados com uma freguesia em específico, o respetivo Presidente de Junta terá também assento na Comissão.

Presidente da Assembleia: Esclarece que, no anterior Conselho Municipal, não se elegeu um Presidente de Junta de Freguesia específico, foi decidido que consoante os assuntos a tratar na Comissão, eram convocados os Presidentes de Junta das freguesias às quais esses assuntos diziam respeito. Propõe que se mantenha este método e coloca a proposta à discussão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Inscrições: Manuel Jorge Oliveira, Acácio Pinto, António Lopes.

Acácio Pinto: Refere que não têm nada a opor à proposta apresentada. No fundo, o que se vai eleger é o Presidente de Junta de Freguesia a que diga respeito a questão em análise.

Manuel Jorge Oliveira: O PSD indica como representante do partido para integrar a Comissão Municipal de Trânsito Maria Virgínia do Amaral Figueiredo.

Acácio Pinto: O PS indica como representante do partido para integrar a Comissão Municipal de Trânsito José Carlos Moreira da Costa.

António Lopes: O CDS/PP indica como representante do partido para integrar a Comissão Municipal de Trânsito António Lopes.

Presidente da Assembleia: Feita a discussão da eleição de um representante de cada partido político e de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Trânsito, conforme o disposto nas alíneas e) e f) do art. 4º do Regulamento Municipal de Trânsito, foram eleitos os seguintes senhores: Maria Virgínia do Amaral Figueiredo, em representação do PSD; José Carlos Moreira da Costa, em representação do PS, e António Lopes, em representação do CDS/PP, com a seguinte votação:

Votos a favor: 30 (trinta)

Votos brancos: 0 (zero)

Votos nulos: 0 (zero)

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

16. Eleição de um representante das juntas de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Toponímia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto dezasseis da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Explica que quando se discutir a toponímia de uma freguesia, haverá um representante na Comissão que será o respetivo Presidente de Junta, pelo menos foi assim que funcionou anteriormente, além dos outros elementos que a compõem.

Presidente da Assembleia: Questiona se concordam que não haja nenhuma eleição, consoante a freguesia, será convocado o Presidente de Junta respetivo.

Presidente da Câmara: Refere que não existe um regulamento de toponímia. Esclarece que, de acordo com a nova legislação, dar o nome às ruas é da competência da Junta de Freguesia, que apresenta, depois, a proposta à Câmara. Lembra que também havia um elemento dos CTT que tinha acento na Comissão.

Inscrições: Manuel Jorge Oliveira

Manuel Jorge Oliveira: Questiona ao Sr. Presidente da Câmara sobre quem paga as placas identificativas das ruas.

Presidente da Câmara: Refere que é a Câmara quem paga as placas, no material escolhido, contando com o bom senso de cada Presidente.

Presidente da Assembleia: Considera que não deveria ser eleito nenhum Presidente, já que, consoante a freguesia, seria convocado o respetivo Presidente de Junta.

Presidente da Câmara: Refere que seria importante conhecer a composição da anterior comissão municipal de toponímia, de maneira a que se discuta o assunto em condições. Refere que este ponto deve ser retirado.

Presidente da Assembleia: Retira este ponto da Ordem de Trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

17. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, conforme o disposto na alínea b) do n.º 1, do art. 3.º D, do D.L. 124/2006 de 28 de Junho na redação dada pelo D.L. n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto dezassete da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Manuel Jorge Oliveira

Manuel Jorge Oliveira: O PSD indica o Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, Rui Miguel Loureiro Cabral, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Presidente da Assembleia: Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista e feita a discussão da eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, conforme o disposto na alínea b) do n.º 1, do art. 3.º D, do D.L. 124/2006, de 28 de junho na redação dada pelo D.L. n.º 17/2009, de 14 de janeiro, foi eleito Rui Miguel Loureiro Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, com a seguinte votação:

Votos a favor: 26 (vinte e seis)

Votos brancos: 4 (quatro)

Votos nulos: 0 (zero)

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

18. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Educação, conforme o disposto na alínea d) do art.5.º do Regimento do Conselho Municipal de Educação.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto dezoito da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Acácio Pinto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Acácio Pinto: O PS indica o Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, António José Filipe Carvalho, para integrar a Comissão Municipal Educação.

Presidente da Assembleia: Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista e feita a discussão da eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Educação, conforme o disposto da alínea d) do art. 5º do Regimento do Conselho Municipal de Educação, foi eleito António José Filipe Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, com a seguinte votação:

Votos a favor: 27 (vinte e sete)

Votos brancos: 2 (dois)

Votos nulos: 1 (um)

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

19. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto dezanove da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Refere que o endividamento atual do Município é de € 1.352.726,51. Diz que foram pagos, desde janeiro a dezembro de 2013, € 927.009,35 e a Autarquia tem uma capacidade de endividamento de € 6.786.000. O valor de € 1.352.726,51 reflete a dívida que existe em empréstimos, que é de 1.927.000, mais o que devíamos e mais aquilo que havia na conta da Autarquia. Explica que, se hoje se pegasse no dinheiro que existe e se pagasse o que se deve, a dívida seria no valor referido. Considera que esta é uma dívida que mostra que a Autarquia de Sátão está mais do que bem, tendo em conta o panorama a nível nacional.

Inscrições: Manuel Jorge Oliveira, José Figueiredo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Manuel Jorge Oliveira: Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que, tendo em conta esta dívida que, na sua opinião, é irrisória para uma Câmara Municipal, se alargue nas obras para a Freguesia de Romãs Decermilo e Vila Longa, como é o caso da ampliação do cemitério das Romãs.

Presidente da Câmara: Refere que qualquer dívida que a Autarquia queira contrair tem que ser analisada pela Assembleia Municipal. Se houver alguma obra que se justifique, contrai-se a dívida, se a Assembleia assim o decidir. Quanto à ampliação do cemitério de Romãs, diz que é uma obra da responsabilidade da Junta de Freguesia e que a Câmara disponibilizará 20 mil euros para a mesma. Termina, salientando que, a continuar assim, daqui a três anos esta Câmara tem um endividamento perto de zero.

José Figueiredo: Considera que é importante que as contas da Autarquia estejam controladas, porque nunca se sabe o que vai acontecer no futuro, é importante ter esta capacidade financeira para, a qualquer momento de necessidade, podermos acudir. É de louvar e para manter este rigor de execução da Autarquia e também manter o *plafond* sempre disponível para qualquer situação que possa ocorrer.

20. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto vinte da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Sérgio Ferreira, Paula Cardoso, José Carlos Costa, Rui Miguel Cabral, Luís Carlos Sousa, Inês Nunes.

Sérgio Ferreira: Refere que, da consulta da lista de operações urbanísticas que foi entregue, nota-se que, com a aprovação da revisão do PDM, se está a imprimir uma dinâmica de construção, uma dinâmica ao Concelho de Sátão. Felicita o Sr. Presidente da Câmara por essa revisão, que, na sua opinião, vai contribuir para o desenvolvimento do Concelho.

Paula Cardoso: Alerta, uma vez mais e dando continuidade ao que já tinha abordado em reuniões anteriores, para a necessidade da colocação de cobertura nas zonas da Escola Básica Ferreira Lapa, onde os alunos esperam pelos autocarros, principalmente neste tempo de chuva. Refere que, numa das últimas reuniões, também alertou para a necessidade de iluminação da passadeira da estrada junto à rotunda do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Pereiro. Aproveitando que fala desta estrada, e até porque acabou de ser constituída a Comissão Municipal de Trânsito, solicita a alteração da linha contínua para traço descontínuo, nomeadamente na zona do restaurante “Recta do Pereiro”. Diz que é das poucas ou talvez a única empresa que naquela estrada não tem acesso direto, depois da obra de requalificação, sugere que este seja um dos temas a tratar pela Comissão. Refere que junto à empresa “Cerútil” e “Alfacor” há uma zona que em termos de transitabilidade não considera muito segura, pelo que questiona se é possível a reparação daquele pavimento.

José Carlos Costa: Questiona o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o ponto de situação da extensão de saúde de Lamas, pois no orçamento existe uma verba de 5 mil euros e, portanto, quer saber quando serão realizadas as obras. Quanto à revisão do PDM, pergunta qual o orçamento da Câmara previsto para os novos arruamentos, em zonas onde não era possível construir e agora é, ou seja, se existe alguma previsão para saneamento, eletrificação de ruas e outros.

Rui Miguel Cabral: Faz uma chamada de atenção ao Sr. Presidente da Câmara, por causa da iluminação pública. Diz que tem feito algumas reclamações por causa de luzes fundidas junto da EDP e junto da Câmara Municipal e acha que há uma demora muito grande, pois o tempo de resposta anda na ordem dos 120 dias. Gostava que o Sr. Presidente, junto da EDP, interpelasse a pessoa responsável para que o assunto fosse solucionado. Em relação às passadeiras, gostava que fossem sinalizadas, principalmente junto à escola do 1º ciclo e jardim-de-infância. Quer reforçar essa ideia, para que a situação seja resolvida o mais breve possível. Quanto ao orçamento da Câmara e à dívida, diz que gostava que o executivo camarário se virasse mais para as freguesias e investisse um milhão em cada uma.

Luís Carlos Sousa: Refere que, nos mandatos anteriores, falou muitas vezes na estrada que liga ao Carvalhal de Ferreira de Aves, agora quer congratular-se com as obras que a Câmara fez. Acha que valeu a pena esperar, porque fizeram uma boa obra. Em relação à sinalização horizontal marcada, considera que em alguns pontos talvez não se justifica que existam linhas contínuas, porque a estrada é relativamente estreita e isso faz com que os carros circulem muito junto à berma. Acha que é uma situação que poderá ser repensada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Começa por responder ao senhor deputado Sérgio Ferreira, dizendo que a revisão do PDM tardou, mas conseguiu-se e hoje a Autarquia tem um instrumento muito melhor para quem quiser montar uma indústria, um comércio, uma empresa agropecuária, porque, em termos de PDM, isso é possível em quase todo o território, excetuando a REN, desde que sejam ressalvadas as questões de saúde, enquanto que até aqui eram necessários 2,5 hectares para montar uma empresa agropecuária, hoje já não há essa necessidade. Julga que se preocuparam com o desenvolvimento do Concelho. Quanto à solicitação da senhora deputada Paula Cardoso, referiu que irá tentar falar com o Agrupamento de escolas, para ver o que podem fazer. Explicou que a Escola Básica Ferreira Lapa depende da Administração Central, não da autarquia. A E.B.1 já é da competência da Câmara e, como tal, está-se a intervir na ordem dos 129 mil euros, na obra de cobertura que vai albergar 400 alunos. De qualquer forma, espera que haja um diálogo entre a Câmara e o Agrupamento para ver como podem solucionar o problema apresentado. Em relação à situação da reta do Pereiro, explica que é um problema que vem desde que houve a intervenção na estrada. A marcação, em termos políticos, foi feita pelo anterior Governo e, na altura, preocupou-se bastante em relação à questão do restaurante, reuniu duas vezes com o Governador Civil e com um responsável da empresa Estradas de Portugal, inclusive visitaram todo o trajeto. Esclareceu que a Estradas de Portugal foi intransigente e respondeu que, como há uma rotunda e uma meia-lua, não poderia ser alterada a marcação e não abdicavam da linha contínua, de maneira a prevenir acidentes. Disse que se pode fazer mais uma tentativa, mas a resposta será, com certeza, negativa. Quanto à área circundante da “Cerutil”, explica que vão proceder ao seu arranjo, depois de efetuado o saneamento que liga a Serrazela e que passa pela Quinta da Fonte de Arcada, havendo já um projeto para tal. Acrescenta que pediu uma reunião com o engenheiro responsável da empresa, para ouvir a opinião dele. Diz que é uma obra prevista para 2014, que é necessária e que ainda não foi feita precisamente por causa do saneamento. Responde ao senhor deputado José Carlos Costa, dizendo que existe um projeto para transformar o antigo jardim-de-infância de Lamas numa extensão de saúde, projeto esse feito pela ARS do Centro. Esclarece que esse projeto foi candidatado ao PRODOR, mas a resposta foi negativa. Espera que este ano o possa candidatar novamente, já que é uma obra orçada em 120 mil euros. No que concerne à revisão do PDM, responde que não há verba prevista para o saneamento e água para os terrenos onde passou a ser possível construir, uma vez que isso é um problema das pessoas, ainda que a Câmara possa dar uma ajuda, para já a Câmara não pode construir os loteamentos. Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, refere que a Freguesia não está esquecida e tem sido feita uma intervenção bastante grande. Está preocupado com o problema da iluminação pública e tem falado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

com o responsável da EDP, que responde que o atraso se deve à empresa responsável pela manutenção da mesma. Refere que vai reforçar os esforços, no sentido de ser resolvida esta questão. Relembra que existe um projeto, orçado em 220 mil euros e que, quase de certeza, vai ser financiado pelo Programa + Centro, que visa a substituição de grande parte das lâmpadas em LED's, que são mais duradouras, e também a colocação de reguladores de fluxo luminoso dentro da Vila, através dos quais a Câmara pode diminuir o foco de luz durante a noite, de maneira a que haja uma diminuição de consumo. As passeadeiras serão marcadas, como respondeu já anteriormente. Relativamente à estrada que liga ao Carvalhal, diz que a estrada teve algum atraso, mas, na sua opinião, foi uma obra bem feita. Refere que foi a empresa responsável quem marcou a estrada, tendo o apoio de técnicos para tal, mas a questão pode ser analisada, sendo que a principal preocupação deve ser sempre a segurança rodoviária. Termina, informando que a Câmara pagou 90 mil euros pelo facto de a iluminação pública ter estado ligada durante a noite nos últimos 3 meses, salientando que se deve trabalhar para reduzir o consumo de eletricidade.

Inês Nunes: Faz um reparo à globalidade dos documentos analisados na reunião da Assembleia, dizendo que há-os que aplicam o acordo ortográfico e outros não. Considera que se deve uniformizar os documentos produzidos.

Presidente da Câmara: Afirma que, futuramente, vai haver o cuidado para que os documentos sejam escritos à luz do novo acordo ortográfico, até porque são essas as indicações que receberam da Administração Central.

III INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém inscrito para intervir dá por encerrada a reunião às 16h10.

O Presidente da Assembleia

Os Secretários
